

PARTE I

OBSERVAÇÕES GERAIS

INTRODUÇÃO E DESTAQUES

O Grupo de Assessoria Internacional (IAG) do Programa Piloto do G7 para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil foi estabelecido como órgão independente para acompanhar e orientar os participantes - governos doadores, o Banco Mundial, a União Européia e o Governo Brasileiro - quanto à elaboração e implementação do programa. O IAG reuniu-se pela sétima vez no período de 2 a 6 de dezembro de 1996, em Brasília.

Desde a última reunião do IAG (realizada nos dias 1º a 12 de julho), tem se logrado progresso contínuo na preparação e implementação de componentes do programa. Esses são discutidos na Parte II deste relatório. A essa altura, pode-se destacar várias questões-chave.

1. Papéis e Responsabilidades no Desenvolvimento.

A implementação do Programa Piloto (PPG7) tem alcançado progresso significativo, mas agora atingiu-se um ponto na sua execução no qual os respectivos papéis operacionais e as expectativas mútuas do Banco Mundial e do Governo Brasileiro, precisam ser cuidadosamente reavaliados. A natureza evolutiva do PPG7 em si, as articulações crescentes entre o PPG7 e a Política Integrada para a Amazônia, bem como a reconhecida e crescente importância da descentralização na cooperação para o desenvolvimento, exigem que, para maximizar a eficiência da execução, o Banco Mundial e o Governo Brasileiro cheguem a um acordo sobre

uma série de questões-chave, as quais esclareceriam então os papéis operacionais e as expectativas mútuas:

- (1) *Transparência Mútua na tomada de decisões.* Decisões a respeito de despesas específicas, tais como estudos encomendados e consultorias importantes, financiadas pelo Fundo Fiduciário das Florestas Tropicais (Rainforest Trust Fund) - RFT, devem ser tomadas de comum acordo. Isso seria consistente com declarações emitidas pelo mais alto escalão do Banco Mundial quanto à necessidade de maior transparência.
- (2) *Estruturas de Custos.* Da mesma forma, os custos da elaboração e execução devem ser desagregados para viabilizar a análise das estruturas de financiamento.
- (3) *O papel intelectual do Banco Mundial.* O papel central do Banco Mundial no planejamento e execução, no contexto do PPG7, bem como em termos da disseminação mais ampla das lições aprendidas por toda a Amazônia e pelo mundo em geral, deve ser levado em consideração durante qualquer reformulação das responsabilidades no contexto do Programa Piloto. O IAG reitera a sua recomendação no sentido de que quaisquer estudos e publicações produzidas por funcionários do Banco Mundial ou por consultores internacionais devem ser elaboradas de acordo com uma classificação comum de prioridade e de uma forma integrada com os projetos do PPG7, para evitar estruturas paralelas.
- (4) *A cultura do desenvolvimento.* Problemas relacionados à falta de procedimentos adequados de consulta e atritos resultantes de diferentes estilos de comunicação entre o Banco e

as autoridades brasileiras precisam ser abordados com urgência. O IAG observa que providências já vem sendo tomadas acerca desta questão.

(5) *A consistência do desenvolvimento.* Deve-se empenhar esforços para garantir maior consistência de objetivos entre os componentes do PPG7 por um lado, e por outro, os de iniciativas afins, tais como os Projetos Bilaterais Associados. Esses devem ser totalmente incorporados à estrutura do Programa Piloto, permitindo que haja uma integração entre as várias fontes financiadoras.

2. Relações entre o governo federal e os estados.

A questão da participação dos governos estaduais no desenho e execução do Programa Piloto e as suas relações com as autoridades federais nessa iniciativa têm se tornado uma questão cada vez mais delicada. Em decorrência do processo de descentralização atualmente em curso no Brasil, têm havido demandas cada vez maiores por parte dos governos estaduais no sentido de se envolverem mais diretamente no Programa. A inclusão de representantes estaduais nas comissões pertinentes do PPG7 será, com certeza, desejável, desde que o princípio atual de paridade permaneça em vigor. O IAG reconhece a importância da representação e participação estadual, mas permanece também consciente da necessidade de manter o equilíbrio entre os papéis das esferas federal, estadual e municipal no Programa Piloto. Mais ainda, o IAG acredita que o Programa Piloto deve reter a sua capacidade de financiar e executar zoneamento e promover outras atividades diretamente a nível municipal e local.

3. Integração interna

O Programa tem alcançado avanços conceituais e metodológicos significativos que se refletem na reação positiva na expansão do componente de pequenos projetos (PD/A), como também nas solicitações dos estados interessados em participar em atividades de zoneamento. Esse progresso logrado dentro dos sub-programas individuais deve conduzir a um nível mais elevado de integração no âmbito do PPG7. Nos Estados do Tocantins e do Pará, por exemplo, onde projetos integrados de zoneamento estão prestes a ser implantados, existe uma concentração de projetos PD/A já aprovados. No Acre também é provável que reservas extrativistas e pequenos projetos se complementarão. O conceito de “corredores ecológicos”, contido no componente de Parques e Reservas, deve influenciar as metas e o âmbito das iniciativas de Pesquisa Dirigida, e de outros componentes do PPG7. Toda essa questão de sobreposição espacial e complementariedade temática é algo que deve ser abordado pela Unidade de Monitoramento e Análise.

4. Integração externa

Na medida em que o Programa Piloto se expande, deverão ser feitos esforços para garantir a integração e a consistência junto a outras iniciativas governamentais para a Amazônia. Entre esses incluem-se, por exemplo, a estratégia de “Brasil em Ação” para investimentos em infra-estrutura na região; o programa de reforma agrária incluindo os Projetos de Assentamentos Extrativistas (PAEs); e o projeto de lei atualmente em trâmite no Congresso para a reforma e expansão do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC. Nesse sentido, também é

relevante a nova política florestal atualmente desenvolvida pelo IBAMA. Espera-se que o novo estudo sobre políticas públicas, sendo desenvolvido no âmbito da Unidade de Monitoramento e Análise, assegure a complementaridade e consistência entre o Programa Piloto e a Política Integrada para a Amazônia Legal, apoiado por um processo de zoneamento eficaz e participativo. Isso poderá conduzir ao desenvolvimento de novas atividades, no âmbito do PPG7, relacionadas à sustentabilidade de assentamentos e às questões urbanas, bem como novos mecanismos de crédito e de assistência técnica que possam ser aplicados.

PARTE II

EVOLUÇÃO DOS SUB-COMPONENTES DO PROGRAMA PILOTO

A. PROJETOS EM FASE DE IMPLEMENTAÇÃO

1. Centros de Excelência

Avanços contínuos têm sido logrados na implementação de componentes de infraestrutura. O IAG espera também que haverá continuidade nos esforços, a nível nacional, para a criação de opções mais flexíveis para o pessoal de instituições como INPA e o Museu Goeldi. Ainda há problemas, no entanto, com o fortalecimento institucional e organizacional dos Centros de Excelência. Por exemplo, o sistema de avaliação de pessoal, elaborado para o INPA com base no sistema utilizado no Ministério da Ciência e Tecnologia, não foi instituído. A idéia de estabelecer uma unidade de captação de recursos de fontes nacionais e internacionais ainda não foi levada adiante. Tais questões estavam sendo estudadas por uma missão de supervisão na época da reunião do IAG. O IAG apóia a sugestão do governo brasileiro de que a Academia

Brasileira de Ciências deva realizar outro levantamento de necessidades, levando em consideração as metas globais do Programa Piloto. Também atribuímos alta prioridade à necessidade de avaliação independente, e concordamos com a sugestão de que um ou dois membros do IAG possam juntar-se à missão programada para março de 1997.

2. Pesquisa Dirigida

O IAG se declara satisfeito com a quantidade e qualidade dos projetos aprovados, como também com os esforços para captar financiamentos adicionais de fontes nacionais e internacionais. Porém, atrasos nos desembolsos têm prejudicado várias iniciativas de pesquisa, constituindo um problema sério que precisa ser corrigido com urgência. Ficamos satisfeitos com o financiamento adicional por doadores no valor de US\$ 5 milhões, disponibilizado através da UE, mas lamentamos que o segundo edital de chamada para propostas de pesquisa não tenha sido apresentado ao IAG. A CE, o Banco Mundial e o Secretariado do PPG7 devem se reunir o mais cedo possível para tratar de quaisquer indefinições que possam existir em relação aos seus respectivos papéis e responsabilidades. O Banco foi informado pela CE de que os procedimentos em vigor para análise, documentação e supervisão devem ser mantidos pelo Secretariado e que o financiamento da EU dispensa a necessidade do ofício de “não objeção” do Banco, quanto ao edital da segunda chamada para propostas. Talvez seja procedente o exame de algumas das questões sobre a pesquisa que tem surgido dos estudos mais recentes sobre o fogo, o desmatamento e as iniciativas agro-florestais na região.

3. Projetos Demonstrativos (PD/A)

A implementação do sub-componente de pequenos projetos, que se tornou operacional em março de 1996, prossegue num ritmo notável. Até dezembro de 1996, oitenta e seis projetos foram aprovados, respondendo por 72% dos recursos disponíveis, ou US\$ 11.7 milhões (não incluindo os US\$ 2 milhões alocados pela França na reunião de Bonn). Uma avaliação de meio-termo do PD/A será realizada no decorrer de 1997. O IAG aguarda o recebimento de informações sobre a evolução desse sub-componente.

Problemas que ocorreram inicialmente com financiamentos através do Banco do Brasil já foram satisfatoriamente sanados, mas ainda permanece um sério obstáculo quanto ao desembolso de recursos da UE. Ainda permanecem atrasados devido a regulamentos da UE quanto à destinação de recursos para o pagamento de impostos indiretos, que precisam ser sanados, a fim de evitar uma crise no financiamento.

Outra preocupação diz respeito à concentração geográfica dos projetos nos estados do Acre, Maranhão e Pará. Muito embora isto seja, de certo modo, inevitável, em vista da força de organizações de base, tais como o Conselho Nacional de Seringueiros (CNS) nestas áreas, o GTA e o secretariado do projeto devem examinar formas de estender a cobertura do PD/A para atender às necessidades de ordem mais geral na Amazônia, mesmo onde não existe a mesma capacidade de articulação comandada por movimentos de base mais antigos. Em termos temáticos, a educação ambiental (abordada na Parte II a seguir) terá de ser incluída dentro do componente PD/A.

Aproximadamente metade dos projetos em andamento no âmbito do PD/A estão passando por dificuldades no cumprimento dos cronogramas administrativos oficiais de prestação de contas, ou na preparação de seus relatórios. Já que tais condições passam por um processo de aprendizagem por parte do pessoal dos projetos pequenos, esta questão deve ser abordada através de treinamentos mais extensivos.

O IAG **recomenda** que: (1) Na avaliação de meio-termo sejam cuidadosamente examinadas as várias dimensões da sustentabilidade dos projetos, inclusive seus aspectos sócio-econômicos e indicadores ecológicos. (2) A questão do desembolso de recursos da CE deve ser tratada com urgência e uma solução encontrada para o atual impasse. (3) O GTA e o secretariado do projeto devem buscar formas através das quais a tendência de concentração de projetos em regiões específicas possa ser amenizada através, por exemplo, de uma divulgação mais ampla. (4) O problema de prestação de contas e relatórios inadequados tem de ser abordado através de um programa de treinamento do PD/A para o pessoal dos projetos.

4. Reservas Extrativistas (RESEX)

Os tradicionais seringueiros e colhedores de castanhas há muito tempo vivem em harmonia com as florestas da Amazônia, sem ter acesso aos benefícios sociais merecidos em vista do seu papel de guardiões de grandes glebas da mata e da sua biodiversidade. O Projeto das Reservas Extrativistas está prestando apoio a quatro Reservas através do IBAMA/CNPT: três na Amazônia ocidental (Alto Juruá/Acre; Chico Mendes/Acre; Rio Ouro Preto/Rondônia) e uma na Amazônia oriental (Rio Cajari/Amapá), perfazendo um total de 2.163.000 ha. com uma

população total de 3.413 famílias. A situação fundiária nas reservas de Chico Mendes e de Alto Juruá já foi judicialmente resolvida, e providências estão sendo tomadas nas duas demais áreas onde questões de desapropriação continuam pendentes.

A implementação de infra-estrutura e de sistemas de produção está prosseguindo de forma constante. Em vista de problemas de questionamento da representatividade de certas lideranças comunitárias, iniciou-se um processo de descentralização em colaboração com o Conselho Nacional de Seringueiros - CNS para facilitar o processo de tomada de decisão participativa e proporcionar treinamento gerencial em todas as reservas. Mais de sessenta núcleos de base foram estabelecidos para essa finalidade. Atividades para a geração de renda também estão em andamento. Viveiros foram criados para auxiliar no melhoramento do plantio de florestas secundárias e para o reflorestamento de áreas degradadas ou desmatadas. Vinte e oito pequenos projetos de demonstração estão sendo estabelecidos para promover a criação de pequenos animais, a piscicultura e práticas agroflorestais. Um levantamento detalhado das comunidades locais foi iniciado e deve ser concluído até 1998. O monitoramento do desenvolvimento das Reservas Extrativistas permanece em fase preparatória (definição de estratégias e métodos; definição de indicadores). O sistema de monitores ambientais comunitários está se comprovando um sucesso, especialmente em Alto Juruá e Ouro Preto, muito embora sua exposição física e a vulnerabilidade das reservas de Chico Mendes e Cajari aos madeireiros continuem sendo motivo de preocupação. Um plano geral de desenvolvimento para as reservas está atualmente em fase de preparação.

O IAG **recomenda** que: (1) A consolidação do direito à terra e a demarcação das Reservas sejam priorizadas. (2) O monitoramento deve dedicar uma atenção especial às tendências migratórias (famílias que abandonam ou regressam às Reservas) como um indicador de sustentabilidade. (3) Deve se considerar a possibilidade de estender o apoio técnico do PPG7 aos existentes e futuros Projetos de Assentamento Extrativistas (PAEs) sob administração do INCRA. (4) A questão da extração limitada de madeira dentro das reservas deve ser analisada, dando-se atenção particular ao manejo sustentável da floresta, restringindo-se os direitos comerciais de corte às e para as populações locais, como também destacando-se o possível papel da promoção de atividade madeireira de baixo impacto e o processamento *in situ* de toras. (5) Deve ser dada uma consideração especial ao potencial de comercialização e processamento de produtos regionais, com base nas capacidades das organizações locais, bem como os sistemas de produção alternativa de energia, adaptados às condições locais, possivelmente através de financiamentos da PRODEEM. (6) É essencial que o apoio financeiro do PPG7 às Reservas Extrativistas seja desembolsado de forma regular, em vista da natureza altamente sazonal das atividades de campo.

5. Terras Indígenas

O projeto das terras Indígenas tem evoluído significativamente em termos da contratação da demarcação de reservas. Das 81 áreas a serem demarcadas sob o Programa Piloto, nenhuma foi completamente demarcada; dez estão sendo atualmente demarcadas em campo; 13 têm licitação em andamento; seis serão demarcadas através do Programa das Nações Unidas para o

Desenvolvimento (PNUD), e duas através da Universidade de Brasília (UNB); enquanto que as outras 50 ainda não alcançaram este estágio. O IAG reconhece os grandes esforços empenhados pela FUNAI na demarcação das reservas, mas ressalta que a FUNAI deve ser dotada de pessoal e de outros recursos necessários para rapidamente concluir a importante tarefa de criação e demarcação das áreas indígenas.

Não se chegou a qualquer conclusão quanto aos processos das oito áreas indígenas que se encontravam pendentes no dia 9 de julho de 1996, devido ao fato de que a decisão quanto às contestações requererem informações complementares (diligências). Duas dessas áreas encontram-se incluídas no Projeto de Terras Indígenas do Programa Piloto. As informações complementares, que segundo o Ministério da Justiça estavam impedindo o seu pronunciamento a respeito das oito reservas, agora já foram acolhidas pela FUNAI em todos os casos, segundo o seu presidente Julio Gaiger. Um dos casos (Raposa/Serra do Sol) já foi encaminhado pela FUNAI ao Ministro da Justiça para o seu pronunciamento final, enquanto que os sete remanescentes permanecem com a FUNAI para a verificação dos detalhes jurídicos da redação dos projetos de decreto, inclusive os dois a serem demarcados no âmbito do Programa Piloto (Kampa do Rio Envira e Seruini-Mariênê). Após serem verificados, estes sete processos serão encaminhados ao Ministro para o seu pronunciamento final.

O IAG permanece extremamente preocupado com a longa demora da decisão sobre as contestações das oito reservas, e da redação final dos decretos criando essas reservas com os limites originalmente propostos. Como apontamos no nosso relatório anterior, um aspecto

preocupante das reavaliações das oito áreas sobre as quais ainda existem contestações pendentes é que não existe prazo estabelecido para que o Ministério tome sua decisão.

Permanece a necessidade de um acordo entre os Ministérios de Meio-Ambiente (que inclui o IBAMA) e da Justiça (que inclui a FUNAI) sobre problemas que surgem da sobreposição de áreas indígenas com unidades de conservação. Espera-se que tais problemas sejam tratados pela legislação sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, atualmente nas últimas fases de tramitação em uma comissão no Congresso. Duas áreas indígenas programadas para demarcação sob responsabilidade do Programa Piloto (Médio Rio Negro I + II no Estado do Amazonas e Boto Velho no Tocantins) se sobrepõem com parques nacionais.

O projeto de terras indígenas está implementando a demarcação através de diferentes mecanismos, tais como a execução direta pela FUNAI e a demarcação pelos próprios povos indígenas, com assistência técnica de ONGs. O IAG aplaude esses esforços de encontrar a forma mais rápida e eficaz em termos de custo-benefício para alcançar a demarcação nas diversas circunstâncias que caracterizam os povos indígenas da região.

O IAG deseja salientar o importante papel que os povos indígenas têm na preservação do ecossistema natural das florestas tropicais brasileiras. As vantagens potenciais dos povos indígenas seriam substanciais caso esses povos pudessem ter contratualmente reconhecido este papel e garantido que a biodiversidade e outros serviços ambientais destes ecossistemas fossem mantidos.

A grande importância das terras indígenas e a urgência das ações que garantem a sua integridade atribuem a este componente um papel central na fase atual do Programa Piloto. Isso sem dúvida também será o caso em qualquer fase futura do Programa.

6. Política de Recursos Naturais

Importantes avanços foram alcançados neste programa desde a última reunião do IAG. Além de concluir e aprimorar a metodologia de zoneamento para atender de forma mais específica as necessidades de dois Estados (Amapá e Tocantins), também foi organizada com bastante êxito a primeira reunião com comunidades locais em um conjunto de municípios do Amapá, com a finalidade de lançar um dos primeiros sub-projetos integrados. Este é um momento crucial, já que o objetivo do programa é definir um plano para o uso sustentável de recursos locais compatíveis com o desenvolvimento econômico, bem como o desenvolvimento social da população e a preservação do meio ambiente aos níveis local, estadual e nacional. Isso passa por um processo participativo de tomada de decisão e implementação, sem o qual haverá pouca esperança de êxito.

O avanço acima citado conduz o programa mais próximo à fase na qual será possível observar os seus primeiros efeitos palpáveis. O IAG expressa a sua satisfação específica com estes desdobramentos, já que durante muito tempo perduraram muitas incertezas quanto ao objetivo global dos processos de zoneamento, do monitoramento e de vigilância. Mesmo assim, certos pontos metodológicos devem ser esclarecidos. A necessidade de utilizar dados sócio-econômicos, bem como dados sobre a vulnerabilidade do meio ambiente e de seus usos

potenciais deve ser levada em consideração caso os indicadores a serem utilizados podem ser adaptados para adequarem-se aos problemas locais e ao uso de dados disponíveis localmente.

Quanto à coordenação institucional do programa como um todo, o IAG reitera os pontos levantados nos nossos relatórios nº 5 e nº6, a saber: se os estados vão ser o enfoque central da iniciativa e conhecimento, o processo só fará sentido se os interesses de todas as partes envolvidas (comunidades locais, municípios, e agências estaduais e federais) forem ouvidos e levados em consideração.

o IAG **recomenda** que: (1) a escolha (tomada pelos estados após discussões com interessados locais e agências federais) da região na qual os sub-projetos serão executados não deve ser revertida por qualquer um dos participantes. Deve apenas, caso se julgar necessário, ser contestada através de um recurso à comissão coordenadora do Programa Piloto. (2) Em áreas em que falte uma definição fundiária bem clara, o zoneamento deve prosseguir apenas após a realização de uma audiência pública no local. Procedimentos específicos para a implementação da reforma agrária devem então ser realizados através do envolvimento das agências competentes. (3) Para prestar apoio aos subprojetos integrados a nível local (no município ou de preferência num grupo de municípios), seria altamente desejável a criação de um Fundo de Desenvolvimento Sustentável, acessível à todas as partes interessadas, para auxiliar no financiamento de projetos prioritários de pequeno porte. (4) O IAG deseja mais uma vez reiterar que o fortalecimento das agências estaduais seja embutido nos sub-projetos, em bases competitivas. Caso um certo grau de fortalecimento institucional não vinculado, não competitivo,

possa ser admitido na fase inicial, nenhum recurso adicional desta natureza, a não ser aqueles já comprometidos, deve ser disponibilizado. A utilização dos recursos já comprometidos não pode ser deixada a critério dessas agências.

B. PROJETOS EM FASE DE PREPARAÇÃO

1. Manejo de Recursos Florestais

O documento do projeto já foi finalizado e examinado pelo Banco Mundial, ODA e KfW. O documento está atualmente sendo analisado pelo Governo Brasileiro antes de receber a aprovação final. O projeto será financiado através do KfW e o RFT e receberá assistência técnica da ODA (componente 1) e do GTZ (componentes 2, 3 e 4). Desde a última reunião do IAG os quatro componentes evoluíram da seguinte forma:

O componente 1 (Análise Estratégica de Políticas Públicas e Sistemas de Incentivo): será executado pelo Grupo de Estudos do Setor Florestal (*Forest Sector Study Group - FSSG*), com apoio do coordenador técnico no MMA em tempo integral. O FSSG será encarregado de: (i) propor e elaborar um plano estratégico para a análise de políticas; (ii) propor estudos estratégicos; (iii) analisar os estudos; e (iv) propor a formulação de políticas públicas.

O componente 2 (Monitoramento Piloto e o Programa de Controle para Atividades Madeireiras): deve ser planejado e executado após a inauguração das áreas piloto.

O componente 3 (Iniciativas Promissoras no Manejo de Recursos Florestais): até o presente momento foram identificadas 21 iniciativas promissoras e o IBAMA já solicitou propostas finais para 19 destas. Para facilitar a implementação durante a época da estiagem de

1997, os recursos devem ser disponibilizados antes de julho do mesmo ano. Uma ou mais reuniões de trabalho (*workshops*) serão realizadas durante o primeiro semestre de 1997, com a finalidade de prestar orientação aos proponentes de iniciativas, sobre o nível de detalhamento necessário para as diversas atividades.

O componente 4 (Manejo Participativo e Conservação da Floresta Nacional do Tapajós): já teve o seu plano de zoneamento desenvolvido. Aspectos importantes neste sentido são a redefinição dos limites externos da Floresta Nacional e a delimitação das áreas comunitárias. A aprovação oficial do IBAMA e da Comissão de Agricultura e Política Agrícola do Senado está sendo providenciada. Experiências do Projeto ITTO no Tapajós serão levadas em consideração durante a preparação de propostas de políticas e de práticas de manejo florestal.

Em relação ao gerenciamento do projeto, o coordenador técnico para o componente 1 será lotado no Ministério do Meio-Ambiente em Brasília. Para os componentes 2, 3 e 4, o IBAMA, através da Portaria nº 61, criou a Unidade de Coordenação de Projetos (*Project Coordination Unit - PCU*) descentralizada. O Comitê Consultivo do Projeto, também previsto, ainda não foi instalado.

O IAG reconhece os significativos avanços alcançados desde a sua última reunião, mas registra algumas preocupações. Em primeiro lugar, existe o perigo de que abordagens institucionais separadas, para o componente 1 por um lado, e outra para os componentes 2, 3 e 4, prejudiquem a articulação entre os quatro componentes, bem como a integração dos resultados.

Em segundo lugar, o componente 4 trata exclusivamente de atividades florestais comunitárias. A produção de madeira em escala comercial será praticada em uma gleba de 5,000 ha. num projeto distinto da ITTO. Considerando a necessidade de ampliar a base empírica da produção sustentável de madeira na Amazônia, e considerando que o IBAMA está pretendendo criar um grande número de novas FLONAs com a finalidade de aumentar o fornecimento de matérias primas para o setor madeireiro, parece aconselhável considerar a possibilidade de incluir a futura produção sustentável de madeira em escala comercial dentro do componente 4 desse projeto.

Em terceiro lugar, algumas das iniciativas promissoras (do componente 3) podem se sobrepor com os projetos demonstrativos (PD/A) e/ou com outras atividades a serem desenvolvidas nos projetos para Várzeas, Terras Indígenas, Reservas Extrativistas, Parques e Reservas, e Fogo e Desmatamento. Isso por si não constitui nenhum problema, desde que as informações e experiências fluam livremente entre as iniciativas, os projetos e atividades pertinentes.

O IAG **recomenda** que: (1) o Componente 1 faça bom aproveitamento das 'Diretrizes para o Manejo Sustentável de Florestas Tropicais e Critérios' (Guidelines for Sustainable Management of Tropical Forests and the Criteria) e 'Indicadores para Medir o Manejo Florestal Sustentável' (Indicators for the Measurement of Sustainable Forest Management) da ITTO. O Governo Brasileiro tem recebido apoio substancial da ITTO para a disseminação dessas diretrizes e para o treinamento de gerentes florestais na Amazônia, e seria uma pena não

dispensar a devida consideração a tais experiências. (2) A proposta contida no componente 1 sobre a formulação de políticas públicas deve ser cuidadosamente integrada à proposta do governo para uma política florestal para a Amazônia. (3) A metodologia utilizada na formulação e nas negociações a respeito da FLONA do Tapajós, dentro do contexto do Programa Piloto, deve ser utilizada pelo IBAMA na implementação do Decreto 1963/96, no que diz respeito à elaboração de novas propostas de FLONAs.

2. Manejo de Recursos Naturais de Várzeas

Florestas inundadas (igapós) e várzeas constituem um ecossistema vital na Amazônia, em virtude da sua rica biodiversidade, bem como do seu papel como área de abrigo e reprodução para peixes. Esse projeto foi inicialmente discutido numa reunião realizada em Manaus, em novembro de 1995. Em outubro de 1996, a proposta inicial já tinha sido analisada e acolhida pelo Banco Mundial. A fase final da preparação do projeto será desenvolvida por uma ONG experiente, com sede em Santarém.

O projeto, que será avaliado no período de março a junho de 1997, focalizará três componentes principais: estudos estratégicos para fornecer informações básicas, iniciativas promissoras que prestam apoio a projetos existentes e novos na área do manejo sustentável de várzeas, e o monitoramento e controle de recursos das várzeas escolhidas com base na sua importância potencial para o manejo sustentável. Até o presente momento, três áreas prioritárias foram propostas (em Santarém/PA, em Tefé/AM e em Manaus/AM).

O IAG **recomenda** que: (1) Em virtude da sua importância, essa proposta deva ser contemplada com um nível mais elevado de financiamento. (2) A pesca predatória, inclusive quando realizada por empresas comerciais, deve ser avaliada e acompanhada e medidas corretivas devem ser propostas o mais cedo possível. (3) A viabilidade ambiental e sócio-econômica da pesca comercial e comunitária nos lagos naturais (permanentes e sazonais) da Amazônia deve ser avaliada.

3. Parques e Reservas

Um dos mais interessantes e importantes projetos para o manejo e conservação da biodiversidade é a criação de faixas ecológicas ou corredores nas florestas tropicais da Amazônia e da Mata Atlântica. Cada um desses corredores constitui um mosaico composto de diferentes tipos de unidades de conservação, alguns dos quais somando milhões de hectares. O projeto se encontra na fase final de preparação.

O projeto oferece a oportunidade de criar um mosaico de unidades de conservação federais, estaduais e municipais para uso indireto, bem como áreas para uso direto (FLONAs e APAs), realizando assim novas formas de integração entre a conservação e o desenvolvimento econômico e social. Isso constituirá em uma grande contribuição para a ampliação do conceito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

O IAG **recomenda** que: (1) No gerenciamento desse sistema integrado de unidades nos corredores, novas formas de gerenciamento cooperativo e de resolução de conflitos sejam desenvolvidas pelo IBAMA, juntamente com outros parceiros e que um esforço determinado seja

feito no sentido de instituir estruturas e procedimentos participativos. (2) No processo da designação dos corredores, deve ser tomado o máximo cuidado no sentido de se evitarem sobreposições com rodovias e grandes áreas urbanas.

4. Educação Ambiental

O projeto original foi reformulado e existe agora um consenso de que a Educação Ambiental seja incorporada ao PD/A, obedecendo aos mesmos procedimentos operacionais e envolvendo a expertise apropriada na comissão executiva. Uma proposta de Projeto se encontra quase pronta para ser submetida a avaliação, e aproximadamente US\$ 8 milhões já foram alocados para este componente. É bemvinda a introdução de um novo mecanismo de financiamento da EU para este projeto, através do Banco do Brasil.

Na sua atual formulação, o projeto envolve uma mistura de insumos educacionais a serem aplicados através do setor formal, tais como os currículos do 1º e 2º graus, bem como atividades educacionais relacionadas aos projetos de conservação. A experiência com educação ambiental em outros lugares tem mostrado que tais iniciativas tendem a ser mais eficazes quando associadas aos objetivos específicos do projeto e quando não realizadas isoladamente.

O IAG **recomenda** que: a secretaria do projeto analise criteriosamente as formas em que insumos educacionais complementem e fortaleçam atividades de projeto dentro do PD/A, como um critério de viabilidade do projeto.

5. Fogo e Desmatamento

O IAG, na sua reunião de julho de 1996, recomendou a formulação de uma alternativa para o Projeto de Terras Degradadas. Representantes do MMA, do IBAMA e do Banco Mundial concordaram que o projeto reformulado deveria buscar medidas de prevenção a longo prazo, ao invés da recuperação de terras já degradadas. Para fornecer insumos à reorganização do projeto, encomendou-se um estudo para analisar os aspectos quantitativos e qualitativos do desmatamento e das queimadas, cujos resultados foram apresentados na Reunião dos Participantes em Bonn, em setembro de 1996. Uma versão final do estudo deve estar pronta até o final de dezembro de 1996. O IBAMA preparou uma versão preliminar da nova proposta com o título 'Controle do Desmatamento e das Queimadas na Amazônia' que está atualmente sendo analisado pelo MMA e pelo Banco, inclusive através de um seminário realizado em Brasília na primeira semana de dezembro (a mesma semana da reunião do IAG). O IAG não possui informações mais detalhadas sobre a nova proposta. Entretanto, com base nas informações prestadas pelo IBAMA durante a reunião do IAG e de discussões dentro do grupo, os seguintes comentários parecem ser pertinentes:

(1) O IAG elogia a reorientação do projeto para enfatizar a prevenção da degradação a longo prazo, através de um melhor entendimento dos motivos pelos quais o desmatamento e as queimadas ocorrem. Esse novo Projeto do IBAMA aborda o problema através de estudos para conseguir informações sobre as causas da degradação e os prováveis efeitos de medidas projetadas para influenciar dois dos principais processos que conduzem à degradação (o

desmatamento e as queimadas). Isso será feito através de informações geo-referenciadas sobre o desmatamento em toda a Amazônia a nível do município, e de um conjunto de pesquisas de campo complementares em localidades selecionadas. A nova proposta deve ser colocada à disposição dos membros do IAG o mais cedo possível.

(2) Já que o problema da recuperação de áreas degradadas persiste, torna-se importante que a questão seja abordada dentro do contexto do Programa Piloto. Com essa finalidade, o IAG recomenda que um estudo específico seja encomendado no âmbito da Unidade de Monitoramento e Análise, para avaliar os aspectos sócio-econômicos e bio-físicos da degradação da terra, bem como a identificação de opções corretivas. As informações resultantes serão de grande utilidade para o Programa Piloto como um todo e especialmente para o Projeto PD/A. O estudo encomendado deve necessariamente contar com instituições e/ou especialistas brasileiros e deve contemplar, na medida do possível, outros projetos do PPG7 em andamento e, até certo ponto, deve também contemplar a avaliação de áreas nas peri-urbanas.

O IAG **recomenda** que os estudos geo-referenciados em áreas selecionadas sejam realizados a nível das propriedades individuais.

6. Unidade de Monitoramento, Análise e Disseminação

Chegaram à atenção do IAG objeções por parte do Banco Mundial à proposta de projeto preparada pela Secretaria da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente. Baseados num relatório de um consultor externo, essas objeções concentraram-se principalmente na necessidade de esclarecer os objetivos do projeto e de separar de forma nítida as funções analíticas (a análise de

lições aprendidas) das funções políticas (a incorporação de tais lições na formulação de políticas).

Para superar essas dificuldades, a Secretaria preparou e discutiu, junto ao IAG, uma proposta para a reestruturação das atividades de acompanhamento, gerenciamento e de políticas públicas. O ponto-chave dessa proposta é, com o intuito de atender às objeções do Banco Mundial, que dois projetos distintos (em termos administrativos se não em termos operacionais) sejam estabelecidos. Um deve tratar do acompanhamento e da avaliação dos componentes do PPG7 e da disseminação dos resultados. Esse projeto seria submetido ao Banco Mundial para avaliação, para ser contemplado com recursos do RFT. O outro deve tratar do acompanhamento de outros programas e projetos na região Amazônica, da análise de tendências ambientais e sócio-econômicas bem como da incorporação de lições aprendidas na avaliação, formulação e implementação de políticas públicas. Esse segundo elemento deve ser financiado pela União Européia como um projeto bilateral associado.

O IAG reconhece esses esforços e, após discussão com todos os participantes, está de acordo com as providências propostas, que já foram aceitas pelo Banco Mundial e pela Secretaria da Amazônia.

Mesmo assim, o IAG **recomenda** que: (1) O fato desses dois aspectos serem financiados por fontes distintas, pelos motivos mencionados acima, não deve interferir na estreita cooperação entre essas duas áreas de avaliação de projetos e de análise de políticas públicas. (2) Ambos devem ser lotados dentro da Secretaria da Amazônia. (3) Essas unidades devem ser dotadas de

autonomia para publicar, por responsabilidade própria, os estudos que considerem úteis para a disseminação de conhecimentos a respeito do PPG7 e da região Amazônica. (4) O IAG se prontifica a contribuir com a avaliação independente de quaisquer produtos dessas duas unidades.

OBSERVAÇÕES FINAIS

O IAG gostaria de dar as boas vindas a seus dois novos integrantes, o Sr. Derk de Groot e o Sr. Roberto Smeraldi.

Durante a reunião surgiram as seguintes sugestões para aprimorar o trabalho do IAG no acompanhamento e análise das atividades do PPG7:

- (1) As apresentações de projetos individuais poderiam focalizar mais nas suas realizações mais recentes, nas dificuldades enfrentadas e na reestruturação planejada. Isso conduziria a apresentações mais resumidas, deixando assim mais tempo para discussões pormenorizadas em grupos menores e mais especializados.
- (2) Os documentos a serem lidos por membros do IAG na preparação das reuniões devem ser enviados com, no mínimo, duas semanas de antecedência. Ficaríamos gratos em receber um relatório da Secretaria da Amazônia, preparado de forma semelhante ao do Banco Mundial.
- (3) O IAG gostaria que os principais documentos para cada projeto fossem enviados aos membros que detêm interesses especiais a respeito de certos componentes dentro do programa (uma lista neste sentido foi entregue à Secretaria da Amazônia bem como ao pessoal da missão do Banco Mundial em Brasília).

(4) Os membros do IAG devem ser informados sobre a realização de - e caso haja necessidade devem participar de - eventos estratégicos (seminários, grupos de trabalho) relacionados às atividades do PPG7. Deve-se elaborar um sistema para a divulgação de informações sobre tais eventos e outros que dizem respeito ao PPG7, através de um boletim de correio eletrônico ou lista de distribuição, *Home Page* www na Internet, etc.

(5) O IAG gostaria de receber quaisquer traduções para o português, dos seus relatórios, a fim de averiguar quaisquer falhas de interpretação que possam conter.

E, finalmente, o IAG gostaria de expressar a sua gratidão ao Banco Mundial e ao Governo Brasileiro, com destaque especial para as suas equipes técnicas, pela qualidade das apresentações feitas durante as reuniões e dos documentos elaborados. Esse melhoramento reflete, de forma nítida, o aprimoramento da qualidade do Programa Piloto como um todo. E por último, essa semana tão proveitosa demonstrou a disposição de todas as partes interessadas em superar os mal-entendidos que afluem das diferentes abordagens aos melhores interesses do Programa Piloto. A próxima reunião do IAG está provisoriamente agendada para o período de 7 a 18 de julho de 1997.